



Execução de Contribuições Sociais e seus Efeitos para o Trabalhador perante a Previdência Social

- Objetivo:

Avaliar o procedimento para a execução de contribuições à Seguridade Social e seus acréscimos moratórios pela Justiça do Trabalho sob os aspectos tributários e processuais, e ainda, discutir a necessidade de gerar os devidos efeitos para o trabalhador perante a Previdência Social.

- Conteúdo programático:

1. Relação de trabalho e relação de seguro social. Filiação previdenciária.
2. Contribuições Sociais e seu caráter tributário. Crédito da Seguridade Social: fato gerador, vencimento da obrigação, acréscimos de mora – juros e multa. Responsabilidade pelos recolhimentos.
3. Contribuições dos empregados, domésticos e trabalhadores avulsos; dos contribuintes individuais; da empresa e do empregador doméstico. Decadência e prescrição em matéria de contribuições: a súmula vinculante n. 8 do STF.
4. Execução Judicial de créditos da Fazenda Pública. Dívida ativa e título executivo.
5. Execução na Justiça do Trabalho: procedimento e questões polêmicas. (1) a questão das contribuições a terceiros; (2) fato gerador e acréscimos de mora; (3) a responsabilidade tributária-previdenciária nas ações trabalhistas.
6. Repercussões para o trabalhador: cômputo do tempo de contribuição, retificação do salário-de-contribuição. A exigência de “início de prova material” pela Previdência para reconhecer as decisões proferidas pela Justiça do Trabalho e as possíveis soluções para o impasse.